

O EGITO DE AL-SISI NO BRICS? A EXPANSÃO DA INICIATIVA MULTILATERAL E SEUS EFEITOS PARA A ÁFRICA E O MUNDO ÁRABE

AL-SISI'S Egypt in the BRICS? The Expansion of the multilateral initiative and its impact on Africa and the Arab world

Mateus José da Silva Santos¹

Charles Pereira Pennaforte²

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Rio Grande do Sul, Pelotas, Brasil. **E-mail:** mateus_santos29@hotmail.com **ORCID:** 0000-0002-7726-6136.

²Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Rio Grande do Sul, Pelotas, Brasil. **E-mail:** charlespennaforte@gmail.com **ORCID:** 0000-0002-7726-6136.

Recebido em: 23 fev. 2024 | Aceito em: 22 ago. 2024.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO

Este artigo analisa a entrada do Egito no BRICS a partir de 2024, destacando a importância dessa movimentação diante da trajetória recente da Política Externa daquele país e as principais consequências desse processo para a iniciativa multilateral. Na convergência entre a Análise da Política Externa e a Análise dos Sistemas-Mundo, argumenta-se que a participação egípcia consolida a sua busca pela diversificação das relações externas. Além de fortalecer o discurso governamental de retomada da ação externa egípcia após a consolidação política e institucional de Al-Sisi, as expectativas econômicas também norteiam tal ação diplomática, como a possibilidade de atração de novos investimentos, redução da dependência frente ao dólar e aumento das relações comerciais. Do lado do BRICS, além da demonstração de habilidade geopolítica e diplomática, o peso do mercado consumidor egípcio e a sua posição estratégica intercontinental reforçam as múltiplas dimensões que envolvem o recente processo de expansão.

Palavras-chave: Egito. BRICS. Análise dos Sistemas-Mundo.

ABSTRACT

This article analyzes Egypt's entry into the BRICS as of 2024, highlighting the importance of this move in terms of the country's recent foreign policy trajectory and the main consequences of this process for the multilateral initiative. In the convergence between foreign policy analysis and world systems analysis, it is argued that Egypt's participation consolidates its quest to diversify its foreign relations. In addition to strengthening the government's discourse of resuming Egyptian foreign action after Al-Sisi's political and institutional consolidation, economic expectations also guide such diplomatic action, such as the possibility of attracting new investments, reducing dependence on the dollar, and increasing trade relations. On the BRICS side, in addition to the demonstration of geopolitical and diplomatic skills, the weight of the Egyptian consumer market and its strategic intercontinental position reinforce the multiple dimensions surrounding the recent expansion process.

Key words: Egypt. BRICS. World Systems Analysis.

INTRODUÇÃO

Ocorrida entre os dias 22 e 24 de agosto de 2023, a XV Cúpula dos BRICS em Johannesburg (África do Sul) se tornou um marco na trajetória contemporânea dessa iniciativa multilateral envolvendo países emergentes. Após uma série de discussões entre os seus membros originais, um processo de expansão foi consolidado com a constituição de uma relativa convergência quanto à elaboração de convites a seis novos Estados. A partir de 2024, Irã, Etiópia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Egito poderão fazer parte do agrupamento, numa movimentação diplomática com forte potencial geopolítico em meio a um mundo em mudança. Também sondada a compor o grupo, a Argentina declinou de tal proposta após a posse de Javier Milei.

O convite ao Egito de Abdel Fatah Al-Sisi decorre após uma série de iniciativas do país africano em se aproximar dos BRICS. Ainda sob o comando de Mohamed Morsi (2012-2013), gestos em favor de uma possível entrada nos BRICS foram desenvolvidos pelo Cairo, acenando com uma tendência em curso acerca de sua crescente aproximação com diferentes atores regionais e globais do mundo emergente. Nos sentidos de continuidade na mudança após a queda do governo vinculado à Irmandade Muçulmana (Gonçalves, 2017),³ a Política Externa de Al-Sisi manteve as perspectivas de estreitamento de laços com diferentes atores como China e Rússia, num processo consciente de reafirmação da diversificação das relações externas. Em 2021, o país africano se tornaria membro do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o banco do BRICS.

Frente a essa trajetória de aproximação com a iniciativa multilateral ao longo da última década, esse artigo discute algumas das principais consequências envolvendo a inserção do Egito no processo de expansão contemporânea do BRICS. Na construção de uma leitura multifacetada envolvendo premissas da Análise da Política Externa (APE) e instrumentos desenvolvidos a partir da chamada Análise dos Sistemas-Mundo (ASM), argumenta-se que a entrada egípcia no agrupamento emergente reúne diferentes interesses. Do ponto de vista egípcio, além de um processo de consolidação da diversificação das relações externas, aspecto vivenciado desde os últimos anos do governo Mubarak, um ingresso no BRICS se articula tanto com o discurso de retomada de uma ação externa mais efetiva após as consequências da Primavera Árabe, quanto na perspectiva de enfrentamento dos desafios econômicos que se apresentam na atual conjuntura. Em relação ao BRICS, a demonstração de certa habilidade geopolítica no processo de ampliação de sua influência no mundo árabe e no continente africano se soma também aos aspectos econômicos como a perspectiva de ampliação da participação do agrupamento na economia egípcia, tanto pelo tamanho de seu mercado consumidor quanto pelo papel exercido pelo país em termos de produção energética. Com base em revisão da literatura especializada na História Contemporânea do Egito ou de sua trajetória frente às dinâmicas mais gerais envolvendo o desenvolvimento do Mundo Árabe, busca-se compreender algumas das principais consequências específicas, para o país e para o agrupamento multilateral, de uma possível consolidação dessa movimentação diplomática.

Esse texto é dividido em quatro partes. Num primeiro instante, estabelecem-se as principais bases teórico-metodológicas que assentam esse estudo, com destaque para uma proposta de análise de resultados em Política Externa a partir do modelo proposto por Charles Hermann (1990). Associado a tal proposta, explora-se também as contribuições de Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi sobre o fim de uma ordem global liderada pelos EUA a partir do

³ Fundada em 1928 por Hassan Al-Banna, a Sociedade dos Irmãos Muçulmanos (SIM) ou Irmandade Muçulmana se constituiu no “primeiro movimento social de massa moderno islâmico” (Castro, 2014, p.17), com atuação política destacada na trajetória contemporânea do Egito. Além do envolvimento em ações sociais, incluindo participação ativa na educação, o movimento se engajou nas principais lutas que marcaram as últimas décadas do período liberal, como a organização de ações contra a ocupação britânica, a luta contra a Partilha da Palestina e as pressões contra a monarquia liderada por Farouk I (Botman, 1991). Apesar do relativo apoio ofertado aos militares em 1952, a SIM entraria na ilegalidade ao longo de boa parte do governo Nasser. Alternando entre momentos de maior repressão e outras fases de maior tolerância ao longo das diferentes décadas do século XX e início de XXI, a organização só chegaria ao governo em 2012 por meio da eleição de Mohamed Morsi.

início dos anos 1970. Num segundo momento, desenvolvem-se considerações sobre a trajetória da Política Externa egípcia nas últimas décadas, reconhecendo a existência de oscilações históricas envolvendo momentos de afirmação de autonomia e fases de valorização de alinhamentos com determinadas potências. Numa terceira parte, destacam-se as considerações acerca da trajetória do BRICS e o reconhecimento de seu potencial geopolítico diante das transformações globais em curso. Por fim, apontam-se algumas das principais variáveis domésticas, regionais e sistêmicas que ajudam, em nosso entendimento, a compreender as motivações e as possíveis consequências de uma entrada do Egito no BRICS.

1. O EGITO NO CENÁRIO DE DESORDEM GLOBAL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS ENTRE A APE E A ASM.

Na condição de Estado afro-árabe, o Egito ocupa uma dimensão estratégica. Além de mais populoso entre os Estados Árabes e terceiro em relação aos países africanos, a existência de uma relativa unidade territorial e uma formação sociocultural altamente influenciada pelos diferentes contatos históricos desenvolvidos ao longo de sua história (Dessouki, 2008; Hinnebusch, Shama, 2014), com destaque para os processos de islamização e arabização de maior parte da sociedade atribuíam ao Egito um lugar complexo entre dois continentes. No sentido de compreender historicamente a sua posição estratégica e seu potencial geopolítico no âmbito das transformações globais, adota-se uma abordagem combinada, articulando premissas vinculadas à Análise dos Sistemas-Mundo (ASM) e instrumentais provenientes da Análise da Política Externa. Tal perspectiva se ancora na importância de uma análise multinível, considerando as complexas interações entre um sistema mundial em transformação, os rumos da luta política e social em nível doméstico e o comportamento dos decisores.

Emergente em meio à crítica ao modelo fragmentado e dicotômico de análise social e econômico nas ciências sociais (Pennaforte, 2023a), a ASM se desenvolveu enquanto opção teórico-metodológica de abordagem sobre o desenvolvimento do capitalismo histórico a partir do reconhecimento de diferentes ciclos sistêmicos de acumulação,⁴ redefinindo a ordem entre os Estados e os demais atores do sistema. A partir de uma abordagem transdisciplinar, influenciada pelo Marxismo, pela Teoria da Dependência e pela Escola dos Annales, a ASM se afirmou para as relações internacionais como uma “abordagem alternativa e contrahegemônica às propostas realistas e liberal” (Voigt, 2007, p.101), consolidando-se como uma das múltiplas faces do complexo processo de renovação teórica das Relações Internacionais a partir dos anos 1970.

Por meio das contribuições de Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein, uma leitura crítica sobre o processo de formação do capitalismo foi estruturado a partir do reconhecimento de seu caráter enquanto “moderno sistema social com vários centros políticos” (Pennaforte, 2023a, p.33). Em suas mais diferentes fases, o desenvolvimento sistêmico transitou desde a emergência de um primeiro ciclo denominado como genovês/ibérico entre meados dos séculos XV e XVI, sucedido por uma fase de liderança holandesa entre os séculos XVII e XVIII e superado por um

⁴ Compreende-se enquanto ciclos sistêmicos as fases de relativa estabilidade na trajetória do capitalismo histórico, marcado pela existência de um ator capaz de exercer hegemonia e ocupar a condição de força centrípeta no processo de acumulação de capital (Arrighi, 1996).

período de hegemonia britânica ao longo do século XIX. Após oitenta anos de competição entre as duas alternativas protecionistas ao modelo do capitalismo de livre comércio inglês, a transformação dos EUA enquanto nova força centrípeta do processo de acumulação de capital reuniu diferentes fatores históricos como a existência de uma harmonia perfeita entre capitalismo e territorialismo, o desenvolvimento de um sistema fundamentado pela integração vertical das empresas e afirmação de um capitalismo de corporações (Arrighi, 1996), além do aumento de sua relevância no comércio e na produção industrial ao longo das primeiras décadas do século XX.

Entre os principais motores para o fim do ciclo de acumulação estadunidense estariam questões das mais diversas ordens: no campo econômico, a perda do monopólio de Washington sobre a liquidez mundial, um quadro de estagnação econômica e elevação da competição intercapitalista a partir da recuperação do Japão e da Europa Ocidental; no terreno político-ideológico, as transformações ocorridas sob os efeitos da chamada Revolução Mundial de 1968 e sua contestação ao *status quo* de Yalta e as estratégias antissistêmicas então em vigor; do ponto de vista militar, as repercussões da derrota estadunidense no Vietnã.

Nesse ambiente, um novo período de transição hegemônica se abriria a partir de um complexo processo de corrosão das bases de afirmação de Washington enquanto força centrípeta do sistema-mundo desde 1945. Se nos anos 1980, tal processo se encontraria em ritmo menor diante da ofensiva neoliberal, a perspectiva de reforço do nível de institucionalização da ordem mundial e uma estratégia mais ofensiva diante das Crises no Terceiro Mundo, a desagregação sofreria com um novo momento de aceleração após o Fim da Guerra Fria e, especialmente, no início do Século XXI sob os efeitos do 11 de setembro e o descompasso entre a posição relativa dos EUA no sistema e a percepção dos principais formuladores da Política Externa (Pennaforte, 2023a). Em meio à perspectiva de um mundo multipolar, o projeto de um Novo Século Americano representava um descompasso frente às transformações globais,⁵ valorizando o unilateralismo como vetor de ação externa e priorizando agendas como o Combate ao Terror.

Nas mais diferentes esferas, tal crise demonstrou sinais de aprofundamento nas duas últimas décadas. Do ponto de vista da relação de forças no sistema mundial, a ascensão de novos Estados como a China, a Federação Russa e outras potências emergentes, além da crise do multilateralismo traduzem alguns sentidos da desagregação de uma ordem marcada até então por acentuado grau de institucionalização sistêmica e centrada no mundo Atlântico. Além disso, impasses relativos às relações entre Estados Nacionais, governos, sociedades e meio ambiente assumem contornos ainda mais profundos com a ascensão de movimentos de direita e extrema-direita, marcados por discursos de oposição às características das democracias liberais e ao fenômeno da globalização. Tais rumos da luta política interna e externa evidenciam outros revezes

⁵ O *New American Century* foi um projeto geopolítico de liderança dos EUA construído pelos segmentos neoconservadores durante os anos 1990. No diagnóstico de um relativo declínio da primazia estadunidense no sistema mundial, os caminhos para uma retomada do protagonismo foram fincados a partir da defesa do unilateralismo como fator básico da inserção internacional, um forte engajamento político-militar e diplomático de afirmação de sua condição frente aos demais atores do sistema (Wallerstein, 2004). Tais perspectivas sobreviveram às diferentes transições entre republicanos e democratas ao longo de mais de vinte anos.

para aspectos constituintes da antiga ordem global, tais como a acentuação da internacionalização do globo, a valorização dos ideais da democracia representativa e do capitalismo, nas suas mais diferentes facetas, enquanto modo dominante de organização econômico-social.

Considerando tal leitura histórica sobre o processo de crise da hegemonia dos EUA, parte-se de uma perspectiva sistêmica acerca da natureza do processo de expansão do BRICS, com enfoque para a possível entrada do Egito, em relação aos seus efeitos para a dinâmica política global. Enquanto ator afro-árabe, a presença do Cairo no interior dessa iniciativa multilateral demonstra certa habilidade geopolítica e diplomática por parte dos Estados originais em ampliar sua influência sobre o continente negro e o mundo árabe, elevando o potencial do grupo em se tornar um possível vetor de um movimento de reorientação da política internacional.

Do ponto de vista egípcio, tal movimentação possui impactos nos três ambientes descritos por Gamal M. Selim (2020) como fundamentais para a compreensão das dinâmicas que envolvem os Estados Árabes. Após o “vazio estratégico” proporcionado pelo fim da Guerra Fria e do desgaste regional promovido pelo unilateralismo estadunidense (Vizentini, 2012, p. 125), a emergência de novos atores globais e médios influenciou na construção de novas condições para a diversificação de relações externas dos Estados Árabes, incluindo o próprio Egito. Além de China e Rússia, outros Estados como Brasil e Turquia contribuíram para uma maior presença do chamado mundo emergente no plano regional. No plano interno, o Mundo Árabe, em particular, foi marcado pela abertura de um novo ciclo de instabilidade a partir da emergência de movimentos de contestação aos regimes vigentes por décadas em diferentes países. Articulados diretamente com os efeitos conjunturais da crise de 2008 em economias extremamente vulneráveis às flutuações do capitalismo mundial, aspectos como as falências dos projetos neoliberais, a luta contra formas de governo classificadas como autoritárias, a corrupção e a crescente demanda por mais empregos e políticas sociais influenciaram no desenvolvimento de um verdadeiro ambiente de desordem regional (Ferabolli, 2013), culminando com incertezas acerca do futuro de seus principais atores.

Interagindo com uma análise no nível sistêmico, a recuperação de algumas contribuições teóricas emergentes no âmbito da Análise da Política Externa é pertinente para uma avaliação dos impactos domésticos do processo de expansão do BRICS no caso egípcio. Enquanto Subárea das Relações Internacionais (Gonçalves; Pinheiro, 2020), a APE se constituiu em uma modalidade específica de estudo dos processos mais gerais envolvendo formulação, implementação e obtenção de resultados de Política Externa, compreendendo as dinâmicas mais gerais acerca do processo decisório enquanto uma importante variável de influência para a compreensão do comportamento dos Estados (Milani; Pinheiro, 2013). Impulsionada pelo diagnóstico sobre as supostas insuficiências teóricas do Realismo para a explicação da existência de diferentes tipos de inserção internacional entre Estados que ocupavam a mesma posição no sistema, a produção teórica da APE apresentou diferentes configurações em termos de alcance e desenvolvimento metodológico.

Tendo como horizonte o estabelecimento de uma teoria geral sobre política externa, uma primeira geração de teóricos buscou se notabilizou pela incorporação de métodos característicos das ciências exatas, objetivando criar condições para o exercício de estudos comparados

envolvendo diferentes atores e variáveis de análise. Apesar do fracasso no desenvolvimento dessa proposta abrangente, tais contribuições foram importantes na afirmação da política externa comparada enquanto um eixo analítico relativamente sólido na trajetória de desenvolvimento da APE.

Outra alternativa foi desenvolvida pelos chamados pluralistas. Na perspectiva de abertura da “caixa preta” do Estado (Beach, 2012), tais teóricos estabeleceram como horizonte a produção de teorias de médio alcance, valorizando o estudo de aspectos psicológicos e organizacionais como fonte de compreensão dos processos decisórios. Por meio de métodos e enfoques diversos, tais perspectivas deram origem a um processo de diversificação subdisciplinar que envolveu o reconhecimento de diferentes níveis de análise (indivíduo, Estado e sistêmico), além de variáveis de estudo.

Situado entre as perspectivas renovadas no eixo da Política Externa Comparada, Charles Hermann (1990) ofereceu um modelo de análise sobre a natureza da mudança na trajetória de formulação e implementação dessa política pública em um mesmo país. Em artigo publicado em 1990, o autor em questão estabeleceu alguns parâmetros para a avaliação das fontes e da intensidade de mudança em Política Externa, numa perspectiva multinível. Em seu esquema de análise, é possível identificar ao menos quatro tipos de alteração. A primeira delas diz respeito aos ajustes. Estes consistem em mudanças pontuais de ênfase, sem alteração acerca dos objetivos traçados anteriormente. Um segundo nível foi classificado como mudança de programa. Apesar de manter os objetivos, a natureza da mudança incide principalmente na estratégia de inserção internacional. Como um movimento ainda mais profundo, o terceiro tipo de alteração foi classificado como redefinição de objetivo, caracterizando-se pela alteração dos horizontes estabelecidos pelos *policy makers*. Constituindo o quarto nível, a reorientação internacional obedece a um processo mais radical de alteração, envolvendo a produção de uma nova perspectiva acerca das relações exteriores.

Além da proposta de identificação dos níveis de mudança, Charles Hermann (1990) também oferece algumas variáveis de análise sobre as fontes de tais alterações. A primeira delas reside no papel do líder. Enquanto maior autoridade em nível doméstico, este poderá alterar aspectos de Política Externa a partir da sua capacidade de influência ou mobilização de seu carisma. A segunda fonte se encontra na burocracia. Situada na estrutura do Estado, tal segmento é capaz de alterar aspectos do comportamento do Estado na esfera internacional a partir da mobilização de diferentes recursos intrínsecos a sua atuação, tais como a informação e a inteligência. Uma terceira variável diz respeito aos processos de reestruturação doméstica. Por fim, situado na esfera sistêmica, a quarta fonte são eventos externos que influenciam ou impulsionam mudanças em nível doméstico.

Considerando tal instrumental teórico, busca-se avaliar o lugar ocupado pelo processo de entrada do Egito no BRICS para sua política externa, classificando tal movimento como uma espécie de consolidação de uma tendência de diversificação das relações exteriores do país, aspecto que se arrasta desde o final da primeira década deste século. Conforme veremos a seguir, frente a uma trajetória de relações exteriores fundamentada pelas oscilações entre práticas de

alinhamento com potências globais e ampliação das parcerias internacionais como via para construção de autonomia, o novo passo dado pela diplomacia egípcia pode ser enquadrado como a consolidação de um processo de mudança de programa, em médio prazo, acompanhado com um processo de ajuste conjuntural.

2. A POLÍTICA EXTERNA EGÍPCIA: OSCILAÇÕES ENTRE ALINHAMENTOS E DIVERSIFICAÇÃO.

Na trajetória das relações externas do Egito após a derrubada da monarquia em 1952, diferentes movimentações político-diplomáticas constituíram parte de uma política oscilante, envolvendo a existência de fases de maior alinhamento com uma determinada potência global e momentos de afirmação de maior autonomia externa, cultivando um princípio de diversificação de suas relações regionais e globais, bem como afirmando certo protagonismo nos mais diferentes eixos primários de inserção do Estado. Apesar de tais tendências não se constituírem em um caráter rígido quanto às tendências registradas para a Política Externa Egípcia ao longo dos séculos XX e XXI, tais movimentações indicam a existência de impasses relativos ao lugar ocupado por um dos principais Estados afro-árabes na arquitetura política global.

Após a morte de Nasser (1970), o Egito passaria por uma década de significativas transformações domésticas e em relação à sua política externa. Sob o comando de Anwar Al-Sadat (1970-1981), as percepções sobre a necessidade de promoção de uma estabilidade regional com o fim dos conflitos militares entre árabes e israelenses, a importância estratégica de uma aliança com os EUA e o interesse em afastar a URSS da região permearam alguns dos principais movimentos do país africano no cenário regional e global (Hourani, 2006). Esse processo de mudança na reorientação internacional envolveria diferentes fatores como o papel do líder e seu crescente afastamento do legado nasserista, as tentativas de reorientação das bases político-sociais de sustentação do regime e a produção de novas alternativas de desenvolvimento econômico, além da consolidação da *détente* na esfera internacional.

Do ponto de vista interno, o abandono de um projeto socializante se refletiu na crescente aposta acerca de um processo de liberalização (*Infithah*), pautado pela diminuição do peso do Estado na condução da economia egípcia e abertura para investimentos externos. Tal iniciativa, além de dismantelar as estruturas de seguridade social existentes no tempo do governo Nasser, ampliou os níveis de dependência econômica do Egito (Marsot, 2007), tanto em relação ao Ocidente, quanto ao dos Estados Árabes do Golfo, enriquecidos pela elevação do preço do petróleo nos choques ocorridos durante a mesma década. No processo de inserção plena do Egito às dinâmicas de um capitalismo dependente, a formação de um corredor de exportação de mão-de-obra na direção das chamadas petromonarquias também alimentaria os níveis de subordinação econômica do país afro-árabe em relação a tais países (Amin, 1986).

Para Ali E. Hillal Dessouki (2008), a Política Externa do Egito passou por um processo de reestruturação, combinando a criação de condições para o avanço da liberalização econômica com a produção de uma política mais alinhada ao Ocidente. Entre as principais ações, destacaram-se o processo de recuperação da Península do Sinai a partir da abertura de negociações com Israel foi precedido pela produção de uma guerra limitada com Tel-Aviv (Marsot, 2007). Um ano após a

expulsão dos instrutores soviéticos, uma ação organizada por egípcios e sírios iniciou uma invasão ao território israelense durante o feriado do *Yom Kippur*. Com o inimigo pego de surpresa, egípcios e sírios avançaram diversas posições, inclusive frente aos territórios ocupados por Israel em 1967. Num conflito que contaria com apoio financeiro de outros Estados árabes para a coligação agressora, além do engajamento das superpotências junto aos seus aliados no plano regional, o apoio estratégico dos EUA a Israel se mostrou decisivo para uma reversão do quadro de ofensiva dos Estados vizinhos.

Numa guerra sem ganhadores na esfera militar, Sadat sairia vitorioso frente aos objetivos traçados, num primeiro momento. Além de criar as condições para o avanço na aproximação com os EUA, as negociações entre Egito e Israel tomariam forma ao longo dos anos seguintes, envolvendo, dentre outras coisas, o reconhecimento do Estado vizinho por parte do Cairo, o fim da presença israelense no Sinai e a normalização de relações diplomáticas. Camp David (1979) teria uma tripla consequência para Egito e para o próprio Sadat. De imediato, um processo de paz em separado foi visto de forma negativa pelos outros Estados da região, culminando com a imposição de um isolamento aos egípcios, além de sua expulsão da Liga Árabe. Além disso, em meio às comemorações pelos oito anos do que se compreendia como uma vitória egípcia na Guerra contra Israel, Sadat sofreria um atentado terrorista de autoria de um grupo fundamentalista islâmico. Por fim, a natureza do processo de paz e a vinculação do Egito nas estratégias de atuação dos EUA na região culminariam com o desenvolvimento de uma relação triangular entre Washington, Tel-Aviv e Cairo, com impactos no reordenamento da geopolítica regional e na construção de políticas de segurança durante ao menos três décadas (Dessouki, 2008; Selim, 2020).

Sucessor de Sadat, Hosni Mubarak (1981-2011) assumiu o Egito em meio ao desafio de enfrentamento ao isolamento regional decorrente da paz em separado com Israel, redução das tensões em nível doméstico e reorganização da economia diante dos primeiros efeitos da *Infatih*. Assumindo a condição de um dos principais eixos de inserção externa do Egito, as relações com os EUA assumiram um caráter estratégico diante da elevação das tensões regionais com a Revolução Iraniana. Junto com Riad, o Cairo se tornou um dos principais aliados de Washington no plano regional. Nas bases desse relacionamento, assistência econômica e militar estadunidense e relativo apoio às ações da superpotência no Oriente Médio pautariam a trajetória inicial do Governo Mubarak:

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, o Egito continuou a receber milhões de dólares em ajuda estadunidense. Sucessivas administrações americanas, uma após a outra, exaltaram a ‘sabedoria’ do Presidente Mubarak e trataram-no com o respeito devido a ‘um dos mais importantes aliados dos EUA no Oriente Médio’ (Osman, 2011, p. 194, tradução livre).

Nesse sentido, uma das principais diretrizes lançadas durante o governo Sadat se manteve relativamente estável ao longo dos anos 1980 e 1990. Mesmo diante da elevação de uma retórica antiamericana, ações como a participação egípcia ao longo da Operação Tempestade no Deserto durante a Guerra do Golfo reafirmaria o caráter geopolítico de tal aliança. No plano regional, em sintonia com esse papel relativamente subordinado diante da superpotência Ocidental, a

retomada de relações plenas com os Estados Árabes foi acompanhada pelo aprofundamento de um desengajamento do Egito em relação à perspectiva de construção de um protagonismo. No enfrentamento do duplo desafio envolvendo a preservação da autonomia e da segurança doméstica, além da necessidade de mobilização de recursos (Hinnebusch; Shama, 2014), as políticas egípcias para o Mundo Árabe transitaram entre os limites impostos pela dependência do capital do Golfo Pérsico e a crença em uma liderança natural que, a despeito do abandono da ativa e multifacetada postura exercida entre os anos 1950 e 1960, notabilizava-se então por ações diplomáticas e outros atos menos onerosos ao Estado.

Em relação ao cenário doméstico, as duas primeiras décadas de governo Mubarak se caracterizariam pelas pressões em favor do avanço de pressupostos liberais na organização política e econômica do Estado. No primeiro plano, um processo de liberalização política limitada, com a afirmação de um multipartidarismo estendido apenas aos chamados partidos civis (Marsot, 2007), coexistiu com a manutenção de características tradicionais de afirmação de seu poder (Gonçalves, 2017). Na esfera econômica, um processo de correção da liberalização envolveu a revisão da política de importações e os esforços pela produção de um novo equilíbrio na balança comercial. A fragilidade relativa da economia egípcia se mostrou evidente na passagem entre os anos 1980 e 1990. Conforme Tarek Osman (2011), diante da diminuição do preço do petróleo em nível internacional, a economia egípcia esteve pressionada pela elevação dos índices de desemprego dos trabalhadores migrantes e queda dos investimentos estrangeiros.

Nos anos 2000, sinais de mudança na política externa egípcia seriam registrados. De acordo com Paulo Fagundes Vizentini (2014), além da diminuição da assistência dos EUA,⁶ um processo de aproximação entre o Cairo e alguns Estados emergentes como China, Índia e Brasil, seria impulsionado na mesma década. Outra movimentação importante diz respeito a sua ampliação de relações com a União Europeia, atendendo principalmente os interesses comerciais.⁷ Sem propor uma ruptura com a ordem neoliberal, um princípio de mudança de programa em prol da sobrevivência do próprio regime seria anunciado diante do interesse em se aproximar dos Estados emergentes em detrimento do que se configurava como uma gradual falência na estratégia predominante desde os anos 1970.

Na década seguinte, um intenso jogo envolvendo permanência e mudança diante de um quadro doméstico marcado pela Primavera Árabe e seus desdobramentos. Conforme Gamal M. Selim (2020), o governo liderado pelo Conselho Supremo das Forças Armadas conservou as principais características da política externa de Mubarak. Apesar dos acenos em relação à

⁶ Conforme Anne Alexander (2009), o Egito receberia dos EUA entre 1977 e 2007 quase 62 bilhões de dólares de ajuda econômica e assistência militar, número inferior apenas ao recebido por Israel no mesmo período.

⁷ Conforme Emad Gad (2005), as relações entre Egito e União Europeia assumiriam alguma importância no quadro da elevação das tensões entre o Cairo e Washington, culminando com a diminuição da assistência econômica e militar por parte da superpotência. Após o fim de um curto período de aproximação autônoma no contexto dos anos 1970, culminando com tentativas dos países europeus em exercer certa influência no debate sobre a crise árabe-israelense, o relativo predomínio de uma agenda econômica e comercial culminou com o advento de diferentes iniciativas como o Acordo de Parceria (2001). Ainda nos tempos de Mubarak, a União Europeia chegou a corresponder a mais de 40% das exportações e importações do país afro-árabe.

possibilidade de mediação das relações entre Hamas e Fatah na Palestina e a sugestão de uma aproximação em relação ao Irã, os militares mantiveram os compromissos em relação a Israel, aos Estados Árabes do Golfo e aos EUA. Além da avaliação sobre os riscos de possíveis mudanças substantivas em meio a um quadro de transição político-institucional, aspectos como a vulnerabilidade econômica, os níveis de proximidade entre os principais expoentes do Conselho em relação ao governo Mubarak e a defesa da posição dos militares diante da instabilidade política culminaram com tal postura no desenvolvimento das relações externas.

Com a ascensão de Mohamed Morsi (2012-2013), primeiro presidente civil da história do país, a Política Externa egípcia transitaria entre a perspectiva de normalização das relações com os principais parceiros ocidentais, consolidação das relações com Estados emergentes e realinhamentos em nível regional (Achraimer, 2023). Na última esfera, países como Qatar, Turquia e Irã ganhariam espaço diante das desconfianças da Arábia Saudita e outros Estados do Golfo frente a um governo aproximado da Irmandade Muçulmana (Gonçalves, 2017; Achraimer, 2023). Tais movimentações, especificamente, configurariam um redirecionamento das relações regionais, impulsionados pelos efeitos da Primavera Árabe no próprio Egito e em seus vizinhos.

Frente aos EUA, um horizonte de retomada das relações econômicas envolveu o anúncio de um perdão de dívidas, a liberação de crédito e o apoio nas ações egípcias de renegociação com o FMI. Em relação à UE, as incertezas sobre o futuro político do país envolveram a inquietação quanto ao aumento da influência dos movimentos islâmicos na condução do país e a manutenção dos acordos e dos índices de cooperação econômica entre as partes.

Para Luiz Eduardo Fonseca de Carvalho Gonçalves, uma das principais inovações da política externa de Morsi ocorreria no âmbito das relações com o BRICS:

Se no contexto regional Morsi evitava mudanças de paradigma de modo a apaziguar receios de aliados tradicionais, houve mudanças concretas de política externa no contexto global, em particular no que diz respeito a maior aproximação com o agrupamento BRICS. O primeiro sinal nesse sentido foi sua visita de estado a Pequim em agosto de 2012, ao que se seguiram visitas à Índia em março de 2013, à Rússia em abril e ao Brasil em maio (2017, p.141)

Constituindo numa espécie de novo impulso na aproximação entre o país africano e o chamado Mundo Emergente, as relações com o BRICS a partir de 2012 tomavam forma como uma ação consciente de diversificação das relações externas do Egito. Desta forma, as impressões de Perry Anderson (2015) sobre a política externa egípcia durante o governo Morsi se mostram acertadas somente em relação aos fins e não aos meios. Se por um lado o novo regime não conseguiu alterar substancialmente, ao menos no plano sistêmico, os rumos mais gerais da inserção internacional do Egito, isso não ocorreu necessariamente pela manutenção de um histórico alinhamento com os EUA, mas por um processo gradativo de busca de autonomia externa que remontaria ao menos a primeira década do século XXI. Contudo, autores como Gamal M. Selim (2020) apontam para os limites da política externa de Morsi, a partir da preservação da relação triangular com Washington e Tel-Aviv, além de outras medidas direcionadas ao reconhecimento internacional do novo governo.

A queda de Morsi e a chegada ao poder de Abdel Fatah Al-Sisi (2014-?) inauguraria uma nova era de incerteza no Egito. Além dos dissensos na comunidade internacional sobre a natureza do processo político que levaria ao fim da primeira experiência de um governo civil no país, os desafios domésticos envolvendo o instável quadro de relacionamento entre o novo governo e a oposição liderada pela Irmandade Muçulmana e a preservação da ordem neoliberal diante dos problemas estruturais e conjunturais da economia egípcia reforçaram ainda mais a importância das relações externas enquanto vetor de promoção da instabilidade interna.

Ao longo de mais de sete décadas de História, a Política Externa egípcia transitaria por diferentes momentos, reflexo da diversificação de estratégias de inserção internacional envolvendo a valorização de sua posição entre diferentes arenas regionais e globais. No jogo entre continuidade e descontinuidade, a possível entrada do país no BRICS consolidaria um processo longo de diversificação externa que, em meio às suas complexidades, assumem alguma coerência dentro da perspectiva de recuperação do papel egípcio entre a África e o Mundo Árabe, bem como maximizar tal condição frente ao contexto de desordem global.

3. O BRICS E O HORIZONTE DE UMA NOVA ORDEM GLOBAL?

Constituindo um dos “desenvolvimentos mais marcantes da política internacional da primeira década do século 21” (Stuenkel, 2017, p. 07), o advento do BRICs como uma realidade geopolítica contemporânea assumiu características bastante particulares. Categoria sugerida por Jim O’Neill no início dos anos 2000 para designar um conjunto de países que, além de grande território e população, possuíam um ritmo de desenvolvimento capaz de influenciar cada vez mais nos rumos da economia global.

Na transição entre uma formulação restrita à esfera econômico-financeira e um conceito apropriado pelos atores políticos para semi-institucionalizar um movimento de aproximação entre seus respectivos Estados, a formação efetiva do BRICs obedeceria a diferentes fatores. Andrew Hurrell (2009) elencou diferentes fatores que sustentariam uma abordagem conjunta acerca do papel de tais países diante do horizonte de um mundo multipolar. Além de aspectos como a existência de anseios por maior projeção internacional e a inexistência de envolvimento direto em esquemas de segurança liderados pelos EUA, outros fatores relativos à distribuição do poder global e ao potencial inscrito em níveis regional e global alimentariam um sentido de aproximação, tanto teórico quanto prático, em relação a tais países:

A primeira razão é que todos parecem dispor de recursos de poder militar, político e econômico; alguma capacidade de contribuir para a gestão da ordem internacional em termos regionais ou globais, além de algum grau de coesão interna e capacidade de ação estatal efetiva (Hurrell, 2009, p.10).

Sem desconhecer as particularidades de cada uma das trajetórias dos Estados Emergentes nas últimas décadas,⁸ a existência de pontos de intersecção quanto às transformações ocorridas

⁸ Na valorização das especificidades, perspectivas como a de S. Neil MacFarlane (2006) estabelecem ressalvas quanto à posição da Rússia como uma possível potência emergente. Considerando como principais atributos de um Estado dessa estatura características como “a preponderância regional, a aspiração a um papel global e a contestação da hegemonia dos EUA

em cada um destes, as expectativas depositadas sobre seus respectivos papéis no cenário global e o potencial de uma atuação conjunta evidenciam os sentidos geopolíticos envolvendo a construção do BRICs. Entre os anos 1970 e 2000, Rússia, China, Brasil e Índia, a partir de diferentes meios, passaram por reformas econômicas significativas que visavam à ampliação das condições de reinserção mais assertiva no âmbito das transformações ocorridas no sistema capitalista global. Também a partir de diferentes instrumentos e ritmos, tais países buscaram revitalizar sua atuação em nível regional, consolidando-se enquanto forças centrípetas de diferentes realidades geopolíticas. Por fim, do ponto de vista da inserção internacional, sem necessariamente estabelecer uma confrontação direta com os EUA, tais países abandonaram certa perspectiva de acomodação à Nova Ordem Global no Pós-Guerra Fria para almejar uma posição muito mais revisionista diante das incertezas registradas com o advento do novo século.

Em segundo lugar, o descompasso entre a configuração dos regimes internacionais constituídos no seio de uma antiga ordem liderada pelos EUA e o ritmo das transformações contemporâneas elevou às pressões por uma maior participação do mundo emergente nas decisões globais. Nesse sentido, aspectos como a constituição do Fórum de Diálogo Índia – Brasil – África do Sul (IBAS), a formação do G-20 e o estreitamento de laços entre Rússia, Índia e China (RICs) ilustram um sentido de desconforto com o anacronismo alimentado pelo comportamento dos principais Estados ocidentais e pela configuração dos principais espaços institucionais de poder.

Por fim, um novo impulso na direção da ampliação dos mecanismos de diálogo ocorreria a partir de 2006 com a elevação no número de encontros entre os chanceleres dos quatro países, contando com forte iniciativa russa, aspecto que posteriormente se estenderia a outros segmentos governamentais. Em 2009, na cidade de Ecaterimburgo, a realização da I Cúpula do BRICs representou uma espécie de consolidação dessa movimentação. Influenciados pelo bom desempenho no enfrentamento aos efeitos iniciais da crise de 2008 (Stuenkel, 2017), os quatro países estabeleceram diferentes compromissos nas áreas econômico-financeira, além do compartilhamento de impressões sobre o futuro da ordem global.

Na Declaração Conjunta, os Estados participantes reiteravam a importância do multilateralismo, do desenvolvimento sustentável, da reforma das instituições financeiras globais e do engajamento dos principais atores econômicos como via para a construção de uma saída frente à crise, como também elementos norteadores de uma revitalizada prática política na esfera internacional. Além do estabelecimento de um horizonte de ampliação do diálogo e da cooperação entre o próprio BRICs, a perspectiva de um mundo multipolar também foi ressaltada:

Destacamos nosso apoio a uma ordem mundial multipolar mais democrática e justa, baseada no império do direito internacional, na igualdade, no respeito mútuo, na cooperação, nas ações coordenadas e no processo decisório coletivo de todos os Estados. Reiteramos nosso apoio aos esforços políticos e diplomáticos para resolver pacificamente os contenciosos nas relações internacionais (BRICS, 2015, p.160).

(Macfarlane, 2006, p. 41, tradução livre)”, o autor observa no contexto russo o desenvolvimento de uma política externa que, em linhas gerais, visava conter os dados dos retrocessos vividos a partir da década de 1990.

Apesar do caráter genérico de tais princípios e da ambígua relação sugerida frente às instituições representativas do *status quo*, a apropriação conceitual do BRICs enquanto marca de um possível novo padrão de relacionamento entre os Estados emergentes representaria um esforço de transformação de uma força econômica contemporânea em uma força geopolítica (Wallerstein, 2016). Nos anos subsequentes, a trajetória do BRICS apresentaria alguns esforços de avanço em sua semi-institucionalização, além de novos desafios de natureza sistêmica e doméstica. Durante a III Cúpula do BRICs (2011), ocorrida em Sanya na China, a África do Sul seria aprovada como membro formal do grupo. Conforme Elton Jony Jesus Ribeiro e Rodrigo Fracalossi de Moraes (2015), esse primeiro movimento de expansão da iniciativa multilateral apresentou um caráter estratégico no tocante ao crescimento de sua representatividade no Sul Global e influência em relação ao continente negro. Sem necessariamente possuir as mesmas credenciais que levariam a formulação conceitual do BRICs no início do século, o ingresso sul-africano no grupo correspondeu a convergência de diferentes fatores como a valorização do processo de democratização política do país com o fim do *apartheid*, sua crescente participação no movimento de revitalização da integração política e econômica continental a partir da construção da União Africana e do lançamento da Nova Parceria para o Desenvolvimento Econômico da África (NEPAD), além do considerável “ativismo diplomático” do país junto aos Estados originais do BRICS (Stuenkel, 2017, p. 69).

Do ponto de vista dos objetivos econômico-financeiros, dois marcos da trajetória de semi-institucionalização do BRICS ocorreu a partir do lançamento de iniciativas como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e o Arranjo de Contingente de Reservas (ACR). Numa espécie de tradução mais incisiva da convergência entre as economias emergentes quanto a “insatisfação com o atual quadro de governança” (Pennaforte; Bones; Filho, 2022, p.03), as perspectivas de ampliação da cooperação financeira intra e inter-BRICS ganharia um novo nível de institucionalização com a formação de um mecanismo financeiro alternativo às instituições Ocidentais e um instrumento possível de apoio às economias emergentes em contexto de crise.

Coexistindo com o processo de semi-institucionalização e ampliação limitada do grupo, aspectos como a diminuição das taxas de crescimento da China, o aumento das tensões entre a Rússia e o Ocidente na disputa por influência no cenário ucraniano, o declínio na inserção internacional brasileira e os impasses domésticos na África do Sul trouxeram diferentes dilemas para o nível de atuação dos países membros, elevando as incógnitas acerca do real papel do BRICS frente às dinâmicas globais. Em dois artigos publicados na década passada, Immanuel Wallerstein chamou atenção para esses e outros elementos que, em seu entendimento, produziam controvérsias quanto à natureza e o potencial de tal iniciativa multilateral. Em 2013, o sociólogo estadunidense apresentava relativo pessimismo quanto ao futuro do BRICS, ressaltando a diminuição nos índices de crescimento econômico dos principais países envolvidos, além dos questionamentos relativos ao avanço de tais Estados no combate à desigualdade no ambiente doméstico, o desenvolvimento das relações entre si e em relação ao restante do Sul Global. Em outras palavras, para Wallerstein (2013), se o BRICS se tornariam parte de uma estrutura geopolítica multipolar, a perspectiva de solidificação de uma alternativa antissistêmica não se

tornava tão evidente diante de tais circunstâncias. Em 2016, o mesmo autor reforçaria suas impressões sobre o tema, sugerindo, dentre outras coisas, a existência de um quadro adverso para o BRICS ao longo da última década.

Apesar das controvérsias sobre a o nível de institucionalidade do BRICS, as possibilidades de construção de uma convergência sólida diante de diferenças de capacidades e inserção internacional entre os cinco países, além do ceticismo dos atores ocidentais acerca do potencial do grupo, o agrupamento se consolidou enquanto uma realidade geopolítica dentro de um “processo de renovação da dinâmica capitalista internacional” (Pennaforte, 2023b). As mais de duas dezenas de candidaturas para a entrada no agrupamento evidenciam o relativo interesse desenvolvido por diferentes atores no chamado Sul Global quanto ao ingresso em uma iniciativa que se tornou referência político-econômica entre os emergentes.

Apontado como uma movimentação controversa entre os cinco países, o processo de expansão, sugerido desde ao menos 2018, obedeceu, em certa medida, ao aumento de representatividade transcontinental e transregional. Na heterogeneidade de um BRICS *plus*, a inserção do Egito assume uma relevância no âmbito de uma ampliação da dimensão geopolítica do agrupamento, evidenciando diferentes atributos, conforme se verá a seguir.

4. O EGITO NO BRICS: CONSIDERAÇÕES GEOPOLÍTICAS

Em artigo publicado no *Modern Diplomacy*, Nadia Helmy (2023) estabeleceu uma série de considerações sobre os possíveis efeitos para o Egito frente ao seu ingresso no BRICS. Além de valorizar o peso de tal iniciativa no tocante ao aprofundamento de relações com os Estados originais, a autora reafirma a importância dessa movimentação de elevação da representação de diferentes partes do Sul Global frente às dinâmicas da geopolítica contemporânea. No diagnóstico acerca da existência de um temor das potências ocidentais quanto a essa expansão, as possibilidades de ampliação das relações comerciais e financeiras entre os Estados originais e os novos ingressantes assumiriam o potencial de alteração na balança da economia global em favor dos emergentes, ampliando o processo de declínio da hegemonia do Ocidente.

Sob o ponto de vista do temor da expansão do BRICS, o Ocidente observa a mudança do tradicional eixo geoeconômico para novas áreas, em especial para a Ásia, sem a presença do Japão, por exemplo. As inúmeras iniciativas protagonizadas pela China como a Iniciativa e Nova Rota da Seda, além do NBD, demonstram que os EUA e a Europa deverão oferecer muito mais ao Sul Global do que promessas econômicas e/ou retórica neoliberal. O atual cenário não é nada favorável para o mundo gerado no Pós-Guerra.

Do ponto de vista egípcio, dialogando criticamente com as considerações de Helmy (2023), o processo de entrada no BRICS se constitui numa espécie de aprofundamento de tendências registradas em sua política externa desde os últimos anos da era Mubarak, além de pelo menos três outros elementos de natureza doméstica: a sobrevivência do regime restaurado em 2014; ampliação dos esforços de retomada de uma ação internacional egípcia mais efetiva nos mais diferentes níveis (regional, continental e global) a partir de uma estratégia de diversificação das

relações externas; enfrentamento das dificuldades estruturais da economia egípcia e possibilidade de inserção plena nos diferentes processos de reestruturação do capitalismo global.

A tarefa de produção de algum nível possível de estabilidade doméstica marcou os primeiros anos do governo Al-Sisi. Após quase quatro anos de intensa agitação política entre a queda de Mubarak e a retomada plena dos militares ao poder, Dialogando com as perspectivas de Christian Achraimer (2023) sobre o tema, os desafios de construção de uma nova base política e social de sustentação do novo governo foram também alimentados por uma série de dilemas envolvendo o enfrentamento da oposição liderada pela Irmandade Muçulmana, o crescimento de ações terroristas e os desafios de recuperação econômica em meio aos problemas estruturais do Egito e outros elementos de natureza conjunturais como o desemprego e a inflação.

No plano da luta política, o governo egípcio buscou restabelecer suas pontes com os militares, segmentos das elites liberais do país, além de revisar as relações entre Estado e demais setores da sociedade. No primeiro caso, além do fortalecimento dos aparatos de segurança e dos investimentos desenvolvidos no setor bélico, a dimensão econômica do poder de setores militares foi reforçada com a manutenção de uma estrutura de relativa cooperação entre o Estado e as empresas controladas por aqueles.⁹ Desconfiados quanto à natureza do governo Morsi e descontentes com a estagnação econômica vivida pelo Egito, setores vinculados à elite liberal do país se voltaram para Al-Sisi na perspectiva de manutenção das bases mais gerais de atuação do Estado na reconstrução da ordem. Em certa medida, o governo produziu respostas satisfatórias. Conforme Rafat Ghotme e Nadia Garcia Sicard (2016), além das pressões do próprio Estado sobre os sindicatos, o governo manteve uma política de privatizações e captação de investimentos no exterior. Frente aos outros setores da sociedade, Christian Achraimer (2023) sugere os esforços de construção de uma espécie de novo contrato social, fundamentado pelas tentativas do Estado em exercer um papel mais ativo diante de questões como o desemprego e a própria elevação do custo de vida. Apesar disso, como em outros momentos da História egípcia, o equilíbrio entre a manutenção da ordem neoliberal e a perspectiva de uma ação mais assertiva na economia envolveu algumas controvérsias como o aumento no preço de alguns serviços como o fornecimento de luz (Ghotme; Sicard, 2016).

Diante de tais desafios, as relações externas do Egito passaram por uma reconfiguração. Autores como Gamal M. Selim (2020) salientam os níveis de mudança registrados ao longo do Governo Sisi em relação aos períodos anteriores. Para esse autor, a Política Externa egípcia a partir da queda do governo Morsi sofreu com uma alteração substantiva, distanciando-se de configurações enraizadas ao longo de pelo menos quatro décadas. Numa espécie de nova versão da Doutrina *Egypt First*, as principais diretrizes de um novo plano de ação envolveram a busca por relações equilibradas entre potências das mais diferentes estaturas, a defesa dos princípios da

⁹ Conforme Yezid Sayigh (2019), o governo Al-Sisi representou uma nova e complexa etapa de consolidação da chamada economia militar. Com destaque para a participação das agências militares em diferentes ramos como infraestrutura, produção de bens de consumo, minérios e transporte, a participação de tal segmento na economia egípcia tomou maior impulso ao longo da última década a partir de políticas de acesso privilegiado a contratos públicos e recursos estatais, vantagens aduaneiras, exploração de outros laços junto às estruturas de poder político e tentativas de construção de certo consenso social em relação ao suposto papel exercido no processo de desenvolvimento do país.

soberania e da Não-Ingência, além da valorização de perspectivas autonomistas e nacionalistas. Outros olhares salientam a existência de pontes entre os governos que se sucederam após a queda de Hosni Mubarak, a exemplo de Luiz Eduardo Fonseca de Carvalho Gonçalves (2017). Em sua visão, houve um “elemento de continuidade da diversificação de parcerias externas iniciada pelo governo Morsi” (2017, p. 208), num processo de consolidação de tendências de reestruturação da posição internacional do Egito a partir de um novo quadro político-institucional. Em meio aos mais diferentes diagnósticos sobre o tema, a aplicação do modelo de Charles Hermann acerca dos níveis de mudança na Política Externa de um mesmo Estado contribui para uma avaliação crítica acerca do caso egípcio, reconhecendo a coexistência de um conjunto de transformações e permanências que se vinculam principalmente às dinâmicas do ambiente doméstico e aos dilemas enfrentados em nível regional.

Um princípio de mudança de programa pautou as características da Política Externa de Al-Sisi, especialmente no plano regional. Dentro dos objetivos de acomodação do novo governo frente a um mundo árabe efervescente e das incertezas cultivadas no ambiente doméstico, um processo de revisão de alianças envolveu uma aproximação com a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, em detrimento de um afastamento em relação a antigos apoiadores da Irmandade Muçulmana, Qatar e Turquia. No que se constituiria numa espécie de combate ao islã político em diferentes frentes, tal movimento de aproximação com Riad e Abu Dhabi se estendeu no apoio ofertado ao Khalifa Haftar na Líbia. Contudo, os limites dessa aliança estratégica foram vistos no contexto sírio. Se sauditas e emiradenses se engajaram pela queda de Assad, o Egito de Al Sisi se aproximou do governo de Damasco, também orientado pela perspectiva de combate aos grupos fundamentalistas islâmicos.

Outra dimensão da atuação externa egípcia nos últimos anos diz respeito aos esforços de recuperação de sua posição internacional entre o Mundo Árabe e o continente africano. No avanço dos enfrentamentos do desafio de sobrevivência doméstica, novas perspectivas sobre as relações exteriores emergiriam no Cairo:

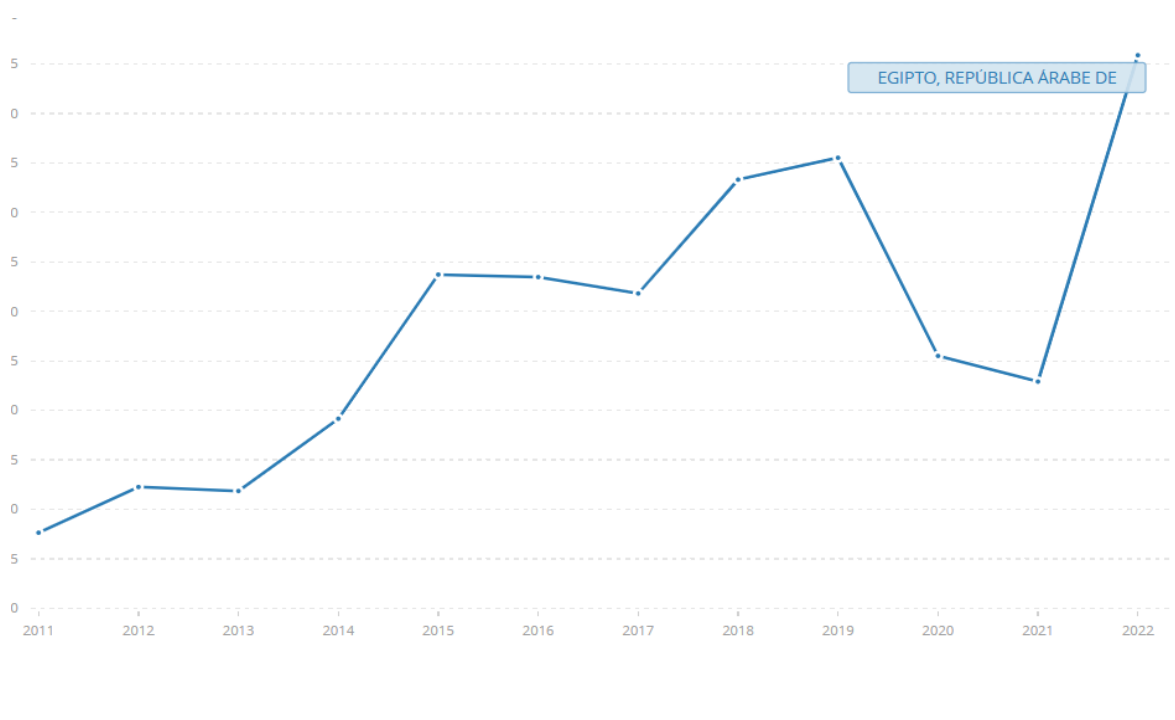
O Egito está de volta é a mensagem que as autoridades egípcias da política externa desejam enviar aos seus homólogos em todo o mundo. A mudança na dinâmica regional levou o Egito a adotar uma política externa mais ativa. O seu governo começa a se sentir mais confiante no cenário doméstico, assumindo novos papéis e responsabilidades no investimento de novas formas de alinhamento regional (Halawa, 2021, p.02).

Se os ventos da Primavera Árabe consolidariam os Estados do Golfo Pérsico como atores centrais nas dinâmicas políticas regionais, um princípio de recuperação, ainda que limitada, seria observado por parte do Egito. Alguns dos principais sintomas dessa nova fase poderiam ser observados na própria posição exercida no contexto da crise da Síria, além dos esforços de diluição das tensões com antigos desafetos no plano externo, tais como Qatar, Turquia e Irã. No continente africano, após a conquista de legitimidade internacional perante aos seus homônimos, Al-Sisi desenvolveu uma estratégia de recuperação de espaço, envolvendo maior participação nas iniciativas multilaterais, perspectivas de ampliação da cooperação e participação nas negociações em prol do avanço da integração econômica em nível sub-regional e continental.

No plano sistêmico, a consolidação do regime e a busca de nova projeção internacional se associam com o enfrentamento dos desafios econômicos. Como já observado, além dos esforços de construção das bases sociais do regime envolvendo a reafirmação de uma ordem neoliberal e a perspectiva de um Estado promotor de um novo pacto entre os segmentos mais pobres, a economia egípcia convive com alguns dilemas. Se um período de estagnação marcou os tempos de Morsi, o governo Al-Sisi convive com algumas taxas de crescimento expressivas, exceto nos anos de maior efeito da COVID-19. Contudo, o quadro ainda apresenta algumas adversidades. Impulsionado pela elevação do preço dos cereais e de outros produtos que fazem parte da pauta importadora do Egito, a inflação dos alimentos se tornou outro desafio doméstico, sendo encarado como um risco social para um governo que conviveu com a sombra da instabilidade doméstica durante alguns anos.

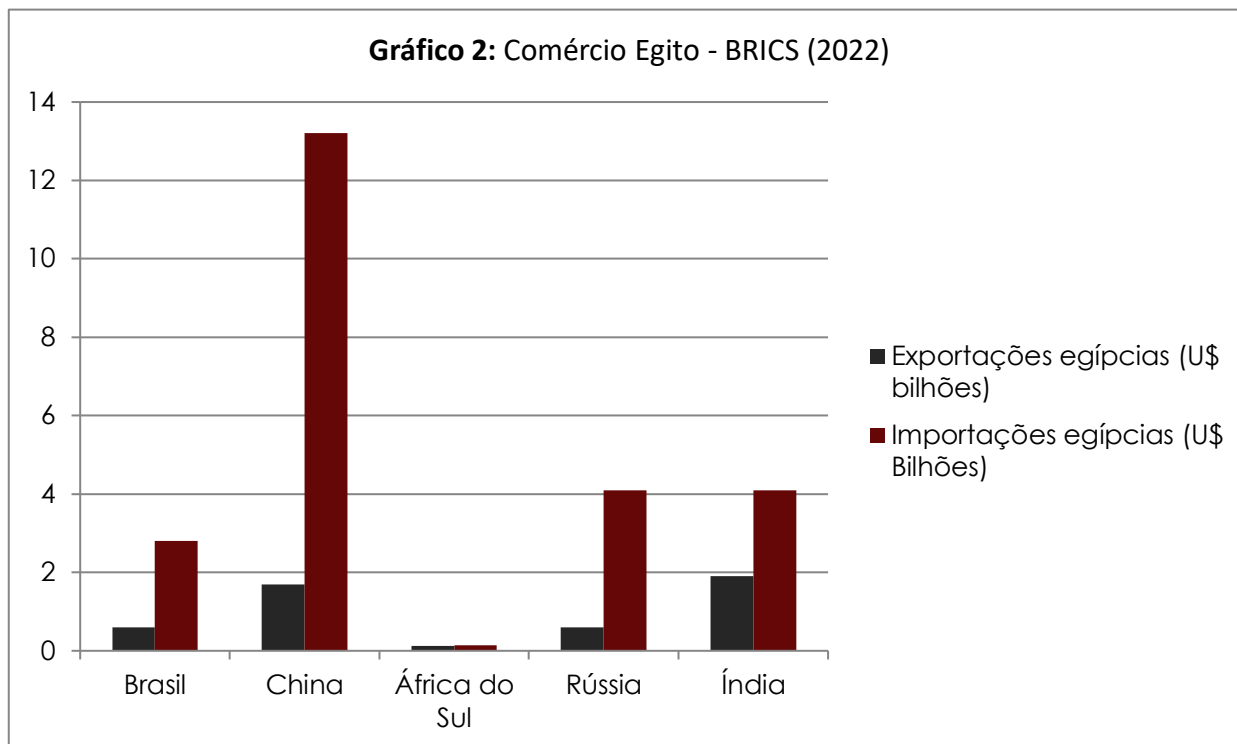
Ainda no quadro macroeconômico, outros aspectos como a existência de significativos déficits na balança comercial e a desvalorização da moeda egípcia junto ao dólar ampliou as dificuldades do país. Nas tentativas de enfrentar tal cenário, a entrada do país no BRICS foi acompanhada de alguma expectativa sobre a construção de uma alternativa envolvendo a diminuição da dependência da moeda estadunidense, a possibilidade de uma nova fonte de investimentos a partir dos mecanismos financeiros que estruturam o BRICS e a consolidação de um quadro de diversificação de relações políticas e econômicas, ampliando os laços com a China, principal parceiro comercial do país, os outros Estados originais e outros importantes atores que, mesmo antes de pertencerem a esse agrupamento, assumiam alguma importância no quadro das movimentações econômico-financeiras do país.

Gráfico 1: Crescimento do PIB Egípcio (2011-2022)



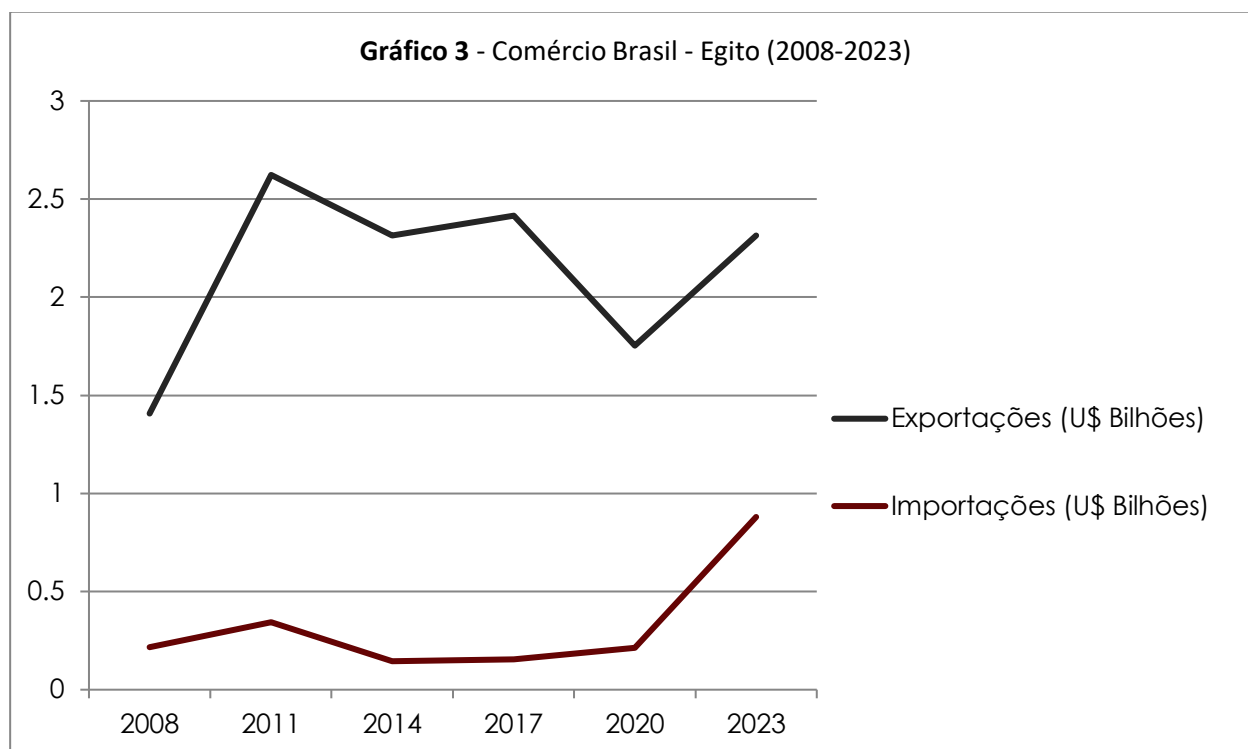
Fonte: Banco Mundial (2023)

O gráfico a seguir reúne dados sobre o comércio entre o Egito e os cinco Estados do BRICS. Na afirmação de certa diversidade, tais números comportam desde o principal parceiro comercial do país (a China) até outros mercados menos influentes:



Fonte: Do autor, com base em dados disponíveis no Ahram (2023).

Em meio a um comércio de caráter deficitário, as importações egípcias em relação aos países do BRICS assumem importância no quadro das relações econômicas do país. Desde a importação de cereais, como o trigo russo ou produtos como soja e milho do Brasil, até a crescente presença de manufaturados chineses. Impulsionado pelo peso chinês, os cinco Estados do agrupamento representam juntos aproximadamente 30% das importações do Egito. Constituindo o quarto maior parceiro comercial do país em relação aos Estados originais do agrupamento emergente, a evolução nas relações com o Brasil se torna uma janela de análise acerca do crescimento da importância dos emergentes para a economia egípcia. O gráfico a seguir apresenta um quadro histórico de tal desenvolvimento desde os últimos anos do governo Mubarak:



Fonte: Do autor, com base em dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2024).

Assumindo um crescimento, com algumas variações, ao longo da última década, o comércio Brasil – Egito foi impulsionado pelas exportações do primeiro país. Mesmo diante das mudanças ocorridas em seus respectivos planos domésticos, incluindo reorientações nas suas respectivas inserções internacionais. No caso chinês, o crescimento comercial ocorreu, em certa medida, ao longo do mesmo período. Entre 2008 e 2012, houve uma elevação de ao menos 40%, aproximando-se da casa dos US\$ 9 bilhões (Al-Anani, 2023). Considerando os países recém-ingressantes, outros importantes parceiros econômicos do país afro-árabe reforçariam o peso econômico da iniciativa multilateral. Representando juntos quase 11 bilhões de dólares para as importações egípcias e 4,5 bilhões no tocante às exportações em 2022 (Ahram, 2023), Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos poderão ampliar a importância comercial dos BRICS a partir de 2024.

Do ponto de vista financeiro, a entrada egípcia representa também maior oportunidade de diversificação dos investimentos. Membro do NDB desde o primeiro semestre de 2023, a oportunidade de acessar os recursos de uma potencial alternativa financeira às instituições de Bretton Woods consiste em um possível reforço aos investimentos em infraestrutura. Num contexto em que obras de grande magnitude como a ampliação do Canal de Suez e a construção de uma nova capital administrativa para o país são pautadas no horizonte político em médio prazo, investimentos provenientes do BRICS poderão assumir grande importância em tais empreendimentos.

Além da esfera econômico-financeira, o BRICS representa para o Egito a consolidação de um processo de retomada de ação internacional mais assertiva, bem como converge com a

perspectiva de recuperação de espaço tanto na África quanto no Mundo Árabe. No continente negro, o ingresso egípcio atribui algum nível de representatividade para a África do Norte, num contexto em que dois Estados magrebinos pleiteavam uma vaga: Marrocos e Argélia. A simultaneidade dos processos de entrada do Cairo e de Adis Abeba também assume importância para o país de Al-Sisi, na medida em que uma das agendas mais centrais da antiga “dádiva do Nilo” reside nas questões relativas ao compartilhamento e exploração das águas do rio, como as controvérsias envolvendo os dois países no contexto da construção da Barragem do Renascimento.

Diante do mundo árabe, a entrada egípcia, além de reforçar a influência do agrupamento na região, assume um papel relevante dentro do processo de projeção externa do país. Além de se tornar um dos referenciais regionais de um movimento contemporâneo de ampliação do diálogo entre atores situados no chamado Sul Global, a presença egípcia no BRICS propicia também uma ampliação de sua atuação no mundo árabe, tornando-se não apenas um dos interlocutores de um agrupamento que ganha fôlego geopolítico na reunião, mas também ampliando sua margem de manobra diante do contexto regional. Na verdade, a nova dinâmica de declínio econômico e geopolítico do Ocidente demonstra a necessidade de um novo posicionamento do país frente a essas mudanças sistêmicas. Sendo assim, essa movimentação faz todo o sentido para manter o país dentro de um protagonismo necessário para os novos tempos.

Para o BRICS, a entrada do Egito possui diferentes consequências. Em primeiro lugar, o ingresso do Cairo, acompanhado com os dois Estados do Golfo Pérsico, demonstra o exercício de certa habilidade diplomática ao reunir um antigo protagonista das relações regionais entre os anos 1950 e 1960 e dois outros atores que, além de reconhecido poder financeiro, também assumiram um papel mais destacado no desenvolvimento político no mundo árabe após a Primavera Árabe. Nesse sentido, em meio a uma conjuntura de relativa oscilação da presença dos EUA no Oriente Médio e da crescente influência sino-russa, a movimentação do BRICS no plano regional revela uma atuação coerente com o reconhecimento da heterogeneidade regional. Em relação ao continente africano, o movimento de expansão que incluiu simultaneamente Egito e Etiópia reforça o que Ismail D. Osman (2023) afirma sobre a perspectiva de um crescimento de influência do grupo em zonas como o Mar Vermelho e partes do Oceano Índico, ampliando a presença em um espaço estratégico de articulação entre pelo menos três continentes.

Do ponto de vista econômico, apesar dos inúmeros desafios vivenciados, a presença egípcia no BRICS possui também algumas credenciais. Além de importante mercado consumidor de *commodities* e manufaturados, o país desponta como uma importante alternativa no mercado energético. Se a produção e exportação de gás natural ganhou dupla importância diante do aumento da demanda global frente aos efeitos da Guerra da Ucrânia e das necessidades do país afro-árabe em lidar com o aumento dos preços internacionais dos principais produtos da pauta importadora do país (Assi, 2022), além de reduzir sua dependência frente ao dólar, a entrada no BRICS possibilita uma ampliação do acesso egípcio a mercados dinâmicos e importadores de diferentes recursos energéticos.

Frente aos desafios de manutenção do crescimento econômico e reversão de fatores que deterioraram a situação do país, o ingresso formal do Egito no agrupamento emergente demonstra certo potencial de constituição de uma alternativa frente às dinâmicas de transformação do capitalismo global no contexto de uma crise sistêmica. Tais horizontes também se associam aos fatores geopolíticos, consolidando uma movimentação em favor da diversificação dos parceiros externos, aspecto que sobreviveu relativamente aos processos revolucionário e contrarrevolucionário da década passada, além de demonstrar certa sintonia com o discurso de recuperação do papel externo do país após os tempos de crise doméstica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em agosto de 2023, o anúncio de possíveis novos seis membros se constituiu em um importante marco geopolítico no âmbito da atual conjuntura internacional e na própria trajetória de desenvolvimento do agrupamento envolvendo algumas das principais potências emergentes. Entre os atores considerados, o Egito de Abdel Fatah Al-Sisi assume um caráter estratégico nas movimentações acerca da expansão de influência do BRICS entre o Mundo Árabe e a África, reunindo um Estado que, ao se situar na intersecção entre a região e o continente, historicamente ocupou uma dimensão relativamente na conformação de suas respectivas relações internacionais.

Numa proposta de articulação entre a Análise dos Sistemas-Mundo e algumas das principais premissas do modelo de análise de resultados em Política Externa desenvolvido por Charles Hermann, buscou-se compreender algumas das principais questões envolvidas no processo de ingresso do Egito no BRICS, considerando diferentes níveis de análise e, dentro de uma perspectiva histórica, um balanço crítico sobre a natureza dessa movimentação. Em meio à longa trajetória de oscilação entre fases de maior alinhamento com atores globais e tendências de afirmação de um tipo de inserção internacional mais autônomo, a entrada formal do Cairo no BRICS, além de significar mais um passo na aproximação do país como o agrupamento de Estados emergentes, consolida também tendências de diversificação das relações externas, processo iniciado ainda nos últimos anos do governo de Hosni Mubarak. Aliado estratégico dos EUA a partir dos anos 1970, tal movimentação coincide com a redução da assistência militar e financeira de Washington, além do aumento das tensões entre os dois países.

Sob o governo de Abdel Fatah Al-Sisi, um cenário doméstico complexo impulsionou novas perspectivas no tocante à política externa. Frente aos conturbados tempos entre a derrubada de Mubarak e o fim do curto governo de Mohamed Morsi, Sisi transitou entre um processo de promoção de uma relativa estabilidade política a partir da conquista de legitimidade internacional, crescimento do cerco à oposição liderada pela Irmandade Muçulmana e uma relativa tensão entre a reconstrução de uma ordem neoliberal diante das necessidades crescentes de repactuação das relações Estado-sociedade. No cenário macroeconômico, o fim da relativa estagnação vivida pelo país no início da década passada coexistiu com a emergência de novos desafios como o crescimento da inflação, as dificuldades na obtenção de moeda estrangeira e os déficits registrados na balança comercial do país, o BRICS poderá representar ao país afro-árabe a

possibilidade de atração de novos investimentos, a ampliação das condições de comércio com um grupo que deverá ocupar mais de 1/3 das importações egípcias a partir de 2024, além de possibilitar certa diminuição da dependência de dólar. Somado aos interesses econômicos, um horizonte geopolítico de maior projeção externa do país junto ao mundo emergente reforça um discurso de recuperação de posições junto ao mundo árabe e ao continente africano.

Do lado do BRICS, a possível entrada do Egito, além de demonstrar certa habilidade geopolítica no processo de elevação da presença no mundo árabe, poderá ter resultados no campo comercial, com o acesso a um expressivo mercado consumidor composto por mais de cem milhões de pessoas e ampliação das oportunidades de importação de recurso energéticos por parte das economias mais dinâmicas do agrupamento. No redesenho da arquitetura política internacional, a inclusão do Egito no mapa da ampliação do BRICS se torna peça importante dentro do quadro de crise sistêmica, apontando novas possibilidades para atores regionais em incidirem na definição dos rumos do sistema mundial nas próximas décadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Achrainer, C. (2023). *Egyptian Foreign Relations Under al-Sisi: External Alignments Since 2013*. Routledge: London; New York

Ahram Online (2023). 'Factbox: Egypt's trade Exchange with members of BRICS bloc.', 24 de agosto. Disponível em: <https://english.ahram.org.eg/News/507185.aspx>. [Acesso em: 23 fev. 2024]

Al-Anani, K. (2023). 'Egypt's Strategic Partnership with China: Opportunities and Implications'. *Arab Center Washington DC*, 27 de Janeiro. Disponível em: <<https://arabcenterdc.org/resource/egypts-strategic-partnership-with-china-opportunities-and-implications/>>. [Acesso em: 21 jul. 2024]

Alexander, A. (2009). 'Mubarak in the international arena'. In: El-Mahdi, R.; Marfleet, P. *Egypt: the moment of change*. London; New York: Zed Books

Amin, S. (1986). *A economia árabe contemporânea*. São Paulo: Vértice

Anderson, P. (2015). *A política externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo: Boitempo

Arrighi, G. (1996). *O século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP

Beach, D. (2012). *Analyzing Foreign Policy*. New York; London: Palgrave Macmillan

Botman, S. (1991). *Egypt from Independence to Revolution, 1919-1952*. Nova York: Syracuse University Press

Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Dados Gerais. *Comex Stat*. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. [Acesso em: 01 jul. 2024].

BRICS. (2015). I Cúpula: Declaração Conjunta. BAUMANN, Renato *et.al.* [Org.]. *BRICS: estudos e documentos*. Brasília: FUNAG

Castro, I. C. S. de. (2014). *Do Islã à Política: a expansão da Sociedade dos Irmãos Muçulmanos (1936-1949)*. Tese de Doutorado, História/ Universidade de São Paulo.

Dessouki, A. E. H. (2008). 'Regional Leadership: Balancing off Costs and Dividends in the Foreign Policy of Egypt'. In: DESSOUKI, A. E. H.; KORANY, B. (Ed.). *The Foreign Policies of Arab States: The Challenge of Globalization*. Cairo: The American University in Cairo Press.

Ferabolli, S. (2013). *Relações Internacionais do Mundo Árabe: os desafios para a realização da utopia pan-arabista*. 2.Ed. Curitiba: Juruá.

Gad, E. (2005). 'Egyptian – European Relations: From conflict to cooperation'. In: Nanneman, G. (Ed.). *Analyzing Middle East Foreign Policies and The Relationship with Europe*. London; New York: Routledge.

Gonçalves, L. E. F. de C. (2017). *Egito: revolução e contrarrevolução (2011-2015)*. Brasília: FUNAG,

Gonçalves, F. N.; Pinheiro, L. (2020). *Análise de Política Externa: o que estudar e por quê?* Curitiba: Intersaberes

Ghotme, R.; Sicard, N. G. (2016). 'Neomubarakismo: Al-Sisi y la nueva cara del autoritarismo en Egypto'. *Colombia Internacional*, Bogotá, 86, p.107-136. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/colombia-int/article/view/2798/1392>. [Acesso em: 24 fev. 2024]

Halawa, H. (2021). *Burning Ambition: Egypt's return to regional leadership and how Europe should respond*. European Council on Foreign Relations. 11 de agosto. Disponível em: <https://ecfr.eu/publication/burning-ambition-egypts-return-to-regional-leadership-and-how-europe-should-respond/>. [Acesso em: 23 fev. 2024]

Helmy, N. (2023). 'Egypt's accession to BRICS: Opportunities to the African and developing countries'. *Modern Diplomacy*, 08 de outubro. Disponível em: <<https://moderndiplomacy.eu/2023/10/08/egypts-accession-to-brics-opportunities-to-the-african-and-developing-countries/>>. [Acesso em: 23 fev. 2024]

Hermann, C. F. (1990). 'When Governments Choose to Redirect Foreign Policy'. *International Studies Quarterly*, 1 (34), p.03-21. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2600403>. [Acesso em: 23 fev. 2024]

Hinnebusch, R.; Shama, N. (2014). 'The Foreign Policy of Egypt'. In: HINNEBUSCH, R.; EHTESHAMI, A. (Ed.). *The Foreign Policies of Middle East States*. Boulder; London: Lynne Rienner Publishers.

Hourani, A. (2006). *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo: Companhia das Letras

Hurrell, A. (2009). 'Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para potências emergentes?', em: HURRELL, A. et al_[Org.]. *Os BRICS e a ordem global*. Rio de Janeiro: FGV,

Macfarlane, S. N. (2006). 'The "R", in BRICs: Is Russia an Emerging Power?'. *International Affairs*, 1 (82), p.41-57. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3569129>. [Acesso em: 23 fev. 2024]

Marsot, A. L. A. (2007). *A History of Egypt: from the Arab Conquest to the Present*. Cambridge: Cambridge University Press.

Milani, C.; Pinheiro, L. (2013). 'Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública'. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, 35(1), p.11-41. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=622&sid=116>>. [Acesso em: 23 fev. 2024]

Osman, T. (2011). *Egypt on the brink: from the rise of Nasser to the fall of Mubarak*. New Haven; London: Yale University Press

Osman, I. D. (2023). 'BRICS and Ethiopia: A new frontier in Geopolitical tug-of-war'. *Modern Diplomacy*. 29 de agosto. Disponível em: < <https://moderndiplomacy.eu/2023/08/29/brics-and-ethiopia-a-new-frontier-in-geopolitical-tug-of-war/>>. [Acesso em: 23 fev. 2024]

Pennaforte, C.; Luigi, R. (2020). A (Re)emergência do BRICS e o reordenamento de poder na Geopolítica Contemporânea. *Austral: Revista de Estratégia e Relações Internacionais*, Porto Alegre, 9 (18), p. 87-106. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/austral/article/view/94712/60232>. [Acesso em: 23 fev. 2024]

Pennaforte, C.; Bones, N. K.; Filho, H. de C. (2022). 'Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS: Alternativa ao poder financeiro ocidental?' *Mural Internacional*, Rio de Janeiro, 1(13), p.1-18 . Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/63700>>. [Acesso em: 23 fev. 2024]

Pennaforte, C. (2023a). *Análise dos Sistemas-Mundo: uma introdução ao pensamento de Immanuel Wallerstein*. Pelotas: UFPel.

Pennaforte, C. (2023b). 'As ilusões do Ocidente: não há como parar as transformações geopolíticas em curso'. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 13 de setembro. Disponível em: < <https://diplomatique.org.br/as-ilusoes-do-ocidente-nao-ha-como-parar-as-transformacoes-geopoliticas-em-curso/>>. [Acesso em: 23 fev. 2024]

Ribeiro, E. J. J.; Moraes, R. F. de. (2015). 'De BRIC a BRICS: Como a África do Sul ingressou em um clube de gigantes'. *Contexto internacional*, Rio de Janeiro, 1(37), p.255-287. Disponível em: [Acesso em: 23 fev. 2024]

Selim, G. M. (2020). 'Egyptian Foreign Policy after the 2011 revolution: the dynamics of continuity and change'. *British Journal of Middle Eastern Studies*, 1(49).

Stuenkel, O. (2017). *BRICS e o futuro da ordem global*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra.

Voigt, M. R. (2007). 'A Análise dos Sistemas-Mundo e a política internacional: uma abordagem alternativa das relações internacionais'. *Textos de Economia*, Florianópolis, 10(2), p.101-118. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/1853/1616>>. [Acesso em: 23 fev. 2024]

Vizentini, P. F. (2012). *A Primavera Árabe: entre a nova democracia e a velha geopolítica*. Porto Alegre: Leitura XXI

Vizentini, P. F. (2014). *O Grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe*. Rio de Janeiro: Elsevier

Wallerstein, I. (2004). *O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. Rio de Janeiro: Contraponto

Wallerstein, I. (2013). *Whose Interests are served by the BRICS?* Immanuel Wallerstein. Disponível em: < <https://iwallerstein.com/interests-served-brics/>>. [Acesso em: 23 fev. 2024]

Wallerstein, I. (2016). *The BRICS: A fable for our time*. Immanuel Wallerstein. Disponível em: < <https://iwallerstein.com/the-brics-a-fable-for-our-time/>>. [Acesso em: 23 fev. 2024]